

O Pico do Itacolomi na construção histórica da paisagem e da identidade de Minas Gerais¹

The Itacolomi Peak in the historic construction of the landscape and Minas Gerais identity

Rute Guimarães Torres

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rutetorres@gmail.com

Recebido em: 14/08/19

Aprovado em: 04/05/19

Resumo: Esse artigo discute a inserção do Pico do Itacolomi, formação rochosa com 1.772m de altitude localizado entre Ouro Preto e Mariana, na composição da ideia de paisagem e de identidade para Minas Gerais no período republicano. O estudo está direcionado para as práticas, as intencionalidades e os discursos que trouxeram o Pico do Itacolomi numa parte significativa para a história regional, para a interpretação do território e na conformação de um perfil cultural para os habitantes de Minas Gerais. Apresenta como o Itacolomi recebeu um lugar de destaque nos discursos e ações que colocaram em questão uma suposta supremacia do estado no cenário nacional. O que se fez presente nas narrativas sobre personagens e eventos da história e na valoração das montanhas como característica da paisagem do estado. O texto assinala que foi na construção histórica da paisagem e da identidade mineira que aquela formação geomofológica foi consagrada como um monumento natural importante para Minas Gerais.

Palavras-chave: Pico do Itacolomi, Paisagem, Identidade.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the insertion of the Itacolomi Peak, a rocky formation with 1,772m of altitude, located between the cities of Ouro Preto and Mariana, in the in the formation of the idea of landscape and the identity for Minas Gerais during the republican period. This assay will be directed to the practices, intentions and discourses that inserted the Itacolomi Peak into a significant part for the regional history, the interpretation of the territory and

¹ Este artigo é derivado de uma versão resumida e revisada do segundo capítulo da Dissertação de Mestrado, cuja pesquisa foi financiada pelo CNPq. TORRES, R.G. **O parnaso mineiro:** a construção histórica do Pico do Itacolomi (1889-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

the conformation of a cultural profile for the inhabitants of Minas Gerais. It is presented how Itacolomi received a prominent place in the speeches and actions that put in vogue a supposed supremacy of the state in the national context. It also made itself present in the narratives about characters and events of history and in the valuation of the mountains as characteristic of the landscape of the state. The text points out that it was in the historical construction of the landscape and of a local identity, called “mineira”, which this geomorphological formation has been established as an important natural monument for Minas Gerais.

Keywords: Itacolomi Peak, Landscape, Identity.

Introdução

Em 1901, o jornalista e literato maranhense Arthur Azevedo (1855-1905) narrou sua visita à recém-inaugurada capital mineira, Belo Horizonte. Ao conhecer a Praça da Liberdade, exprimiu em seu relato o desejo de retornar e vislumbrar ali um dia algum monumento comemorativo da Inconfidência Mineira, que julgou ser o mais adequado para o local. Azevedo descreveu aquele lugar como tendo um belíssimo panorama aberto, pois as árvores plantadas ainda não haviam crescido. (AZEVEDO, 1982, p. 179-211). Dois anos depois dessa única passagem registrada de Azevedo, os jardins da praça começaram a se tornar realidade.

A praça foi planejada para ser o centro do poder público estadual e trazia em seu nome a ideia de liberdade, palavra que era utilizada quase como sinônimo da Inconfidência. O viés positivista presente na construção da nova capital embalava também o pensamento urbanístico de modernização, embelezamento e higiene das cidades, que florescia em grandes capitais da Europa, nos Estados Unidos e na capital federal brasileira, Rio de Janeiro. Planejada como uma síntese entre Paris e Washington, a cidade de Belo Horizonte foi traçada para ter ruas e avenidas largas, assim como muitos jardins, parques e praças arborizadas.²¹ No projeto concebido originalmente pelo arquiteto e paisagista francês Paul Villon (1841-1905), a ideia de liberdade alocada à esplanada também estava presente nos jardins. O projeto teve como inspiração o romantismo dos jardins ingleses, com seu caráter orgânico e livre, compostos por lagos, pontes, palmeiras, dentre outros

² A respeito da construção de Belo Horizonte, da Praça da Liberdade e dos jardins, ver: MELLO, 1996, p. 39-41; FERNANDES, 2011, p. 46-55; e MARQUES; MAGALHÃES, 2013, p. 3.

elementos que procuravam dar a sensação de um ambiente natural.³ Com as obras de ajardinamento iniciadas em 1903, os paisagistas construíram em miniatura de concreto armado uma réplica do Pico do Itacolomi. [Fig. 1 e 2].

Figura 1 – Vista Geral da Praça da Liberdade (entre 1907-1910).



Fonte: APCBH/Coleção José Góes. [Destaque nosso]

Figura 2 – Pico do Itacolomi

³ O projeto de Villon, contratado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) entre 1894 e 1899, recebeu algumas alterações do engenheiro mineiro Francisco Bicalho (1847-1919). A execução do paisagismo da praça ficou a cargo do sr. Antônio Nunes de Almeida, seguindo o projeto original. Cf. COMISSÃO CONSTRUTORA..., 1895, p. 9; RELATÓRIO..., 1902, p. 56; DICIONÁRIO BIOGRÁFICO..., 1997; FERNANDES, 2011, 46-55.



Foto: Rute Torres, 2012

Nos primeiros anos de Belo Horizonte, diversos fotógrafos clicaram as novidades trazidas para a cidade e produziram álbuns de vistas e cartões-postais.⁴ Uma dessas imagens é a reproduzida na página anterior, na qual o fotógrafo não identificado registrou o canteiro onde estava a réplica do Pico, quase central na imagem, tendo ao fundo os edifícios das secretarias estaduais. Com as árvores ainda pequenas e a esplanada com vista aberta, aquele monumento se destacava por vários ângulos. Era o elemento mais notável nos jardins logo após sua inauguração.

De acordo com Certeau (1994, p. 176), o caminhar dos moradores no dia-a-dia molda os espaços e tece os lugares. Todavia, para os outros municípios mineiros e estados brasileiros, Belo Horizonte foi vista nos primeiros anos como vazia em seus espaços públicos e empoeirada pelas obras. As imagens fotográficas tornaram-se um meio de divulgação dos aspectos do cotidiano e das cenas de paisagem, para atrair visitantes à mais nova cidade da República. Nesse jogo de cenarização, as imagens publicadas nas revistas ilustradas, nos jornais, nos álbuns e cartões-postais procuraram construir uma imagem da capital como a mais “moderna” da nação, cheia da “vida urbana” e adequada à *Belle Époque*. (VIANNA, 1942, p. 30-53; JULIÃO, 1996, p. 78-79; BORGES, 2003, p. 59-67; CARVALHO, 2009, p. 210).

⁴ Alguns cartões-postais de Belo Horizonte podem ser vistos em: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997.

Belo Horizonte igualmente não apresentou naqueles anos iniciais um aspecto de lugar vivenciado, pois seus primeiros habitantes não cresceram e não possuíam suas raízes ali.⁵ A maioria vinha de Ouro Preto e compunha o corpo de funcionários públicos à serviço do governo estadual. Foi preciso criar espaços na nova capital que se ligassem aos locais de origem dos moradores, como um campo de misturas ou superposições entre as simbologias de cada uma delas. Pelas ruas e residências, aqueles cidadãos foram se deparando com imagens de lugares por eles já experienciados e que ajudavam a amenizar os sentimentos nostálgicos. As imagens e menções a algo do passado ajudavam acalmar e tranquilizar as inquietações geradas pelas incertezas das mudanças e dos começos. (LEMOS, 2007, p. 92-111; MENICONI, 1999, p. 72; ESPINDOLA, 2007, p. 4; PESAVENTO, 1995, p. 280; FARIA, 1996, p. 291).

De todos os objetos rememorativos em Belo Horizonte, a réplica do Itacolomi foi o mais significativo deles, que se tornou ponto atrativo da praça para os visitantes que ali registraram seus passeios ali.⁶ com Schama (1996) e Thomas (2001) colocam que as representações dos objetos naturais são elementos essenciais nos momentos de nostalgia, já que as pessoas encontram nelas referências que trazem de volta as lembranças de suas experiências passadas. Aquele monumento em concreto serviria, assim, para consolar os ouro-pretanos que por ali circulavam. (LEMOS, 2007, p. 95; FERNANDES, 2011, p. 45-91; ANDRADE, 1974, p. 5). Mais do que um meio de amenizar os sentimentos nostálgicos dos ouro-pretanos, esse artigo propõe que o Pico do Itacolomi, representado em monumento na Praça da Liberdade nos primeiros anos da capital, foi significativo nos esforços empreendidos por grupos políticos e intelectuais que procuravam estabelecer conexões entre a ideia de passado e de futuro para Minas Gerais no tenso jogo político e econômico da Primeira República, quando o estado buscava construir sua identidade e afirmar sua posição de influência no cenário nacional.

Com a República recém-proclamada no Brasil, em 1889, os políticos republicanos procuraram alterar uma série de instituições e serviços públicos. Numa edição do jornal *Gazeta*

⁵ Tuan (1983, p. 4-6, 21 e 90-93) diz que quando residimos em um determinado local, podemos conhecê-lo geograficamente e de forma íntima, porém ele se torna um lugar carregado de sentimentos e valores quando é visto e pensado por meio das nossas experiências e memórias. Para o autor, os espaços tornam-se lugares à medida que são conhecidos e dotados de valores, eivados de significados e experiências diretas ou indiretas.

⁶ Nas fotografias publicadas pelas revistas ilustradas *Vita e Vida de Minas*, de circulação em todo o estado, pessoas posavam junto à réplica.

de *Pitangy*, republicado pelo jornal *A Ordem*, outras medidas também foram vistas com necessárias para desligar o novo sistema político do Império, como a renomeação de vários lugares. Ainda segundo a *Gazeta*, junto àquela “faina reformista”, instalou-se um verdadeiro “frenesi demolidor” pronto a atingir tudo que desagradasse os republicanos, incluindo a capital do estado de Minas Gerais. (*A Ordem*, Ouro Preto, 6 jun. 1891, p. 1). A ideia corrente era de que haveria uma separação com o passado colonial/imperial de Minas Gerais, baseando-se na antítese entre o antigo e o novo, ou o arcaico e o moderno. (FONSECA, 1998, p. 21-77).

Em Minas, já se evidenciava uma nova ordem política com ascensão de grupos das regiões Sul e Mata que ocuparam a maioria no Congresso Mineiro e representavam os republicanos chamados de históricos, isto é, identificados com o movimento intelectual de 1870.⁷ A partir de 1890, políticos republicanos de Juiz de Fora ressuscitaram na imprensa e nas sessões do Congresso Mineiro e da Assembleia Constituinte os antigos projetos de mudança da capital mineira, com apoio de outras cidades do Sul e Mata. As alegações principais dos mudancistas diziam que a cidade sede do poder público deveria ter todas as condições necessárias para que a capital pudesse viver nos moldes do progresso e da civilização desejados para a República, desvincilhada das marcas do passado colonial e imperial.

Contudo, a proposta de mudar a capital esteve atrelada também, e principalmente, às discussões sobre as divisões regionais, a dita incapacidade do poder central de administrar o vasto território, às interpretações de atraso econômico mineiro e às disputas entre as elites políticas do Sul e Mata com as do Centro e do Norte. Pela falta de articulação política e proximidade entre as diversas regiões, Minas Gerais era vista como uma espécie de “mosaico político”, com correntes e facções que enfraqueciam a união do estado. O projeto de mudança da capital teria sido um dos vários momentos de conflito. As diferenças regionalistas foram sentidas até mesmo entre os republicanos mudancistas. Os grupos do Sul e da Mata, por exemplo, discutiram qual das duas

⁷ Segundo Silva (2012, p. 115-116) três grupos marcaram a política mineira nas primeiras décadas da República: os republicanos históricos ou exclusivistas, liderados por Antônio Olinto; os republicanos “progressistas” ou “moderados” que, embora ligados ao positivismo, tinham uma postura mais liberal, como João Pinheiro, Silviano Brandão e Felício dos Santos; e os adesistas, monarquistas que aderiram ao novo regime antes da proclamação da República, como Cesário Alvim, Afonso Pena e Xavier da Veiga. Havia ainda os monarquistas que defendiam o ideal restaurador. Por suas posições políticas e econômicas já consolidadas, rearticularam-se dentro de partidos existentes para permanecer no poder, como Diogo de Vasconcelos.

zonas receberia a nova sede administrativa. Já os mudancistas do Centro e do Norte procuravam manter a capital na sua zona de sua influência. Os contrários à mudança também reforçaram suas posições na Constituinte em defesa de Ouro Preto. Os debates seguiram por meses até ser promulgado o decreto de mudança da capital para a o Arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rey. A escolha do lugar por grupos políticos considerados “moderados”, em relação aos ideias republicanos reformistas dos históricos, visava amenizar as disputas e conciliar os interesses das várias regiões, dentre outros fatores. Atenderia aos pedidos de mudança, mas sem retirar a capital da parte central do estado. (SILVA, 2012, p. 115-6; GOMES, 2005, p. 111, 142-3; RESENDE, 1974, p. 602-3; FONSECA, 1998, p. 31-5).

Carvalho (2005) analisa como Belo Horizonte foi planejada para constituir o centro unificador e a síntese de várias partes do estado. Da mesma forma, para alguns intelectuais e políticos que viveram aquelas primeiras décadas e teceram análises sobre a capital, como Nelson de Senna (2006, p. 70-74), o “futuro de progresso” desejado pelos grupos republicanos não estava totalmente desligado do passado, pois nele estavam as raízes da cultura política e econômica mineira, tratando da mineração e da Inconfidência. Diogo de Vasconcellos (1909, p. 213-214) igualmente disse que era preciso buscar as origens para preservar e fortalecer a unidade que se almejava através de uma identidade para toda Minas Gerais. Seguindo a “tradição historiográfica”⁸, Senna e Vasconcelos, bem como outros idealistas da identidade cultural e histórica para o estado, afirmaram que seria na permanência das tradições e conservação dos ditos traços originais dos mineiros que se poderia garantir o progresso. Logo, a nova capital de Minas trouxe as representações do “modernismo”⁹ que os seus idealizadores e construtores almejava fazendo também referências aos valores e às tidas como tradições caras aos mineiros. A capital fazia, assim, analogias entre o passado colonial e a República, evocando “heróis” nacionais, eventos e lugares significativos para a história mineira. Através da mobilização de vários monumentos e toponímias,

⁸ Sobre a aproximação de seus discursos à historiografia do período, cf. RAMALHO, 2015.

⁹ Velloso (2006, p. 353) diz que o sentido de modernismo no contexto internacional partiu do processo de urbanização e industrialização, no qual surgiram movimentos de ordem literária, política, religiosa e científica que enunciavam um mundo diferente e que modificou as relações dos homens com a natureza. Kury (1998, p. 268-270) aponta que, no Brasil, muito desse pensamento foi instruído pelo positivismo, que a partir da ideologia do progresso, buscava seguir o modelo europeu de desenvolvimento, voltado para projetos de modernização e do futuro do país em relação ao passado visto como de atraso.

Belo Horizonte foi desenvolvida com apropriações simbólicas dos diversos elementos, mitos, datas, fatos e artefatos para estabelecer ligações entre as regiões pela história e da identidade, mobilizando os nexos entre o passado e futuro de Minas Gerais. (MELLO, 1996, p. 34-37; BAHIA, 2007, p. 62; SILVA, 2013, p. 91).

No período republicano aqui enfatizado, tornou-se importante trabalhar a construção de uma memória histórica de Minas, por parte de políticos e intelectuais, que seria o suporte do processo de identificação dos cidadãos com a nação e o território. Por sua parte, a produção historiográfica em Minas, principalmente dos veículos de publicação do Arquivo Público Mineiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, passou a tratar dos primeiros anos da ocupação colonial, da mineração e da Inconfidência mineira. Na socialização do passado e construção narrativa, alguns eventos, personagens, lugares e objetos foram selecionados, valorizados, enquadrados e compartilhados, pois neles colocaram a história que devia ser contada, narrada para o coletivo, a que se tornou oficial.¹⁰ Foram evidenciados, por exemplo, certos aspectos da ideia de mineiros resistentes às condições adversas do lugar, referenciando os primeiros colonizadores, e de caráter revolucionário alusivo aos inconfidentes. Sendo assim, esses intelectuais republicanos dedicados às narrativas da história sobre Minas Gerais se basearam nos elementos fornecidos pela geografia do local, pelos traços biológicos, pelos ícones do nacionalismo, pelas instituições, pelos relatos e pelos mitos, entre outros aspectos marcados como específicos de identificação da comunidade. Aspectos estes que serão tratados logo adiante no texto. (POLLAK, 1989, p. 16; CASTELLS, 2003, p. 79; KOZEL et al., 2007, p. 171; SOARES, 1989, p. 225; GOMES, 2010, p. 16). Dessa forma, em todo o texto, consideramos que a memória histórica e a percepção paisagística contribuem para a apropriação coletiva dos lugares simbolicamente construídos como características regionais, que dão origem às associações entre os indivíduos e a terra, fonte das identidades. (CASTRO, 2012, p. 50).

Com essas considerações, o artigo traz em destaque a paisagem construída historicamente para representar a natureza de Minas Gerais e para despertar a identificação dos mineiros com o

¹⁰ Para Chartier (1990), as nossas interpretações de mundo são determinadas pelos grupos que as forjaram, necessitando que o historiador analise seus discursos, posições e interesses para captar o imaginário social que as dão significado. O imaginário analisado pelo historiador comporia um sistema de imagens e ideias que representam e significam a coletividade. A respeito do imaginário social sobre territórios, cf. PESAVENTO, 1995, p. 280-1.

território. A noção de paisagem trabalhada nesse texto é compreendida como criações da humanidade a partir das ideias que tecem sobre a natureza, o espaço e sobre si mesma. O que envolve a percepção, a interpretação, a seleção e a organização dos elementos vegetais, minerais, geográficos e culturais disponíveis. Aos elementos também se misturam as memórias de determinados grupos ou indivíduos, os interesses e os saberes advindos de diversas esferas humanas, transformando-os em paisagem. (SERRANO, 1993, p. 20; SCHAMA, 1996, p. 16-24; CORREA, 2008, p. 137).

Dessa forma, o artigo analisa fontes como o Pico do Itacolomi foi alocado às histórias e memórias sobre Minas Gerais, à reorganização política e econômica do estado e que foi representado como um dos elementos da natureza que participa da identidade paisagística e sociocultural do estado. Na primeira seção, colocamos como o Itacolomi foi evocado pelo grupo contrário à mudança da capital e nos discursos de exaltação das regiões mineradoras quando grupos políticos, técnicos e intelectuais empreenderam e discutiram projetos para o reaquecimento da mineração e o desenvolvimento industrial do estado. A segunda discute o pico no processo de consagração de Ouro Preto como cidade relíquia de Minas, ao qual foi alocado às memórias e mitos como um ponto de referência e palco de acontecimentos significativos para a história. Por último, apresentamos como a identificação dos ouro-pretanos com o Itacolomi ocorreu no momento em que as montanhas foram tomadas como elemento característico do território mineiro e parte da construção identitária do perfil político e social da região. Em suma, procuramos captar a invenção simbólica do Itacolomi como parte significativa da paisagem no momento de definição e de organização das referências ao passado e dos discursos sobre o futuro de Minas Gerais.

Um símbolo de conciliação em Minas Gerais

Carvalho (2005, p. 55, 63-65) considerou que as divergências políticas e econômicas entre as regiões mineiras no final do século XIX geraram uma fragilidade do estado no cenário nacional e resultaram nos debates pela mudança da capital. O autor analisou como essa situação que denotava uma desunião precisou ser enfrentada pelos grupos dirigentes para que Minas ocupasse uma posição privilegiada na Primeira República. O autor argumentou que Belo Horizonte representaria, assim, uma síntese das vozes que ecoavam de várias partes do estado, representativas

das elites mineiras¹¹: Do “ouro”, ligada à ideia de liberdade que vinha da zona central mineradora, de ordem política e mais urbana; da “terra”, que falava pela tradição, pela vida rural, conservadora e equilibrada; e, juntas, fazer a ponte de união com a insurgente voz do “ferro”, de modernização e desenvolvimentismo.

Os nomes dessas vozes trabalhadas pelo autor fazem referência aos aspectos naturais que marcam a história econômica mineira. Desde o início da colonização de Minas, a natureza foi associada à imagem de recursos inesgotáveis a serem explorados. Em meio à era de Revolução Industrial e reorganização econômica da nação, os mineiros procuraram demonstrar que o estado era rico em elementos minerais para tornar próspero o tesouro nacional, sendo o minério de ferro o mais promissor deles. (SILVA, 1995, p. 80; DANTAS, 2001, p. 113-114; PIRES, 2007, p. 72; VERGANA, 2010, p. 146-8).

No processo de construção de Belo Horizonte e dos receios pela desvalorização da antiga capital, a ideia de recuperação das atividades mineradoras povoou os horizontes de expectativa dos ouro-pretanos. Os grupos contrários à mudança se apegaram às lembranças dos “áureos” tempos de produção, ditos opulentos. Mesmo que voltados para um “passado de glória”, falaram também nos “ventos do progresso” que seriam trazidos pela produção do ferro. (NATAL, 2006, p. 3; SILVA, 2013, p. 72-97). O editorial do *Jornal Mineiro* (24 out. 1897, p. 1) reafirmava as crenças no potencial econômico de Ouro Preto, dizendo que ela tinha elementos para prosperar e que a sua riqueza era admirada e desejada pelo mundo inteiro. Depositava esperanças de que o “tesouro mineiro” atrairia uma grande população e seria o centro de grandes indústrias.

Tomando o Itacolomi como a paisagem da cidade e por estar inserido na porção mineira de maior ocorrência de camadas auríferas e de minério de ferro, os antimudancistas anunciaram

¹¹ A ideia aqui referida de elites das zonas estaduais, para compreender as metáforas das vozes, considera a divisão feita por Dulci (1999, p. 108). O autor diz que no Plano Econômico havia grupos que representam a elite agrária e a empresarial, mais ligada ao setor industrial. Já no Plano Social, tinha a elite técnica, que adentrou pelo poder público e atuou nos projetos de modernização do estado, e a elite tradicional, clientelista e de grupos familiares locais. Em outra forma de articular essa divisão, o autor as diferenciou entre tradicional e moderna, sendo a primeira ligada aos grupos políticos e agrícolas e a segunda referente aos setores mais urbanos, industriais e técnicos. Como ressalva, consideramos que essa descrição das elites não as isola em sua tipologia, pois elas devem ser compreendidas em suas bases de composição, como a “elite técnica” que, em sua maioria, tinha origem e estava ligada à “elite tradicional” ou “empresarial”, por exemplo. Ver também: DULCI, 1984, p. 7-32; BOMERY, 2005, p. 143-4.

que seria a partir dele que os capitais estrangeiros afluiriam para o estado e trariam glórias para Minas Gerais.¹² Nas palavras de um deles, o literato José Palmella,

[...] a cidade de Ouro Preto renasce e se desperta do seu profundo leito de ferro, e mármore para apresentar-se ao mundo, que a supunha já morta, com a sua fronte cingida de brilhantes, [...] abaixo do Gigantesco Itacolomy, [...] que parecia, naquela imponente elevação, aplaudir e alegrar-se por esta festa industrial, que simboliza mais um triunfo, mais um brilhante hino em homenagem ao grande soberano do mundo civilizado – O Progresso; [...] e apontado com a sua mão altaneira aos estrangeiros, que desejarem tomar assento em suas frescas montanhas, dizendo-lhes: Eis aí as ricas minas de ouro, ferro, mármore, etc. EXPLORAI E ENRIQUECEI, TRANSFORMAI E CIVILIZAI. Subi, subi para o zimbório da luz da liberdade e do progresso. (PALMELLA, 19 dez. 1891, p. 4; 29 dez. 1891, p. 2; 13 jan. 1892, p. 3 e 4).

Com essas colocações, o literato retomou a indicação do Pico como uma referência geográfica para a região por onde o desenvolvimento avançaria, transformando-o num “emblema orográfico” das riquezas. As crônicas coloniais sobre os descobrimentos das minas assinalam diversos picos que foram observados pelos bandeirantes para localizar os vales e serras auríferas, como Itatiaiaçu, Itacolomi, Itabirito, Itabira, etc. A partir dos poemas do poeta Claudio Manoel da Costa (1729-1789), o Itacolomi recebeu maior destaque como referência para se localizar as Minas de Cataguases. Referência retomada a partir dos movimentos de exaltação de Ouro Preto na história regional. (TORRES, 2014; 2016)

Nos discursos dos antimudancistas, o Itacolomi foi considerado o guia de pedra que anunciava que ali era o polo econômico da República, como no passado narrou-se que ele guiou os bandeirantes até os vales auríferos. (MIRANDA, 1947, p. 49; SARAIVA, 1947, p. 1). Depois desse movimento antimudancista, que se tornou influente nos grupos de políticos moderados que mantiveram a capital na parte central do estado¹³, é possível compreender que a replica do Itacolomi na Praça da Liberdade era mais do que um lugar de memória para os ouro-pretanos saudosistas. Era o pico também tratado imagem-síntese da região de maiores riquezas naturais de Minas, que

¹² As atenções direcionadas às potencialidades minerais da Serra do Itacolomi no século XIX são encontradas desde os estudos de Eschwege e constatadas pelos Contratos de arrendamentos para exploração de ferro e manganês naquelas terras, estabelecidos entre a Intendência Municipal e engenheiros brasileiros. (ESCHWEGE, 1996, p. 203; _____, 2002, p. 55; COLEÇÕES de decretos..., 1891-1892; CONTRATOS e Arrendamentos..., 1896-1917).

¹³ Para maiores estudos sobre a reorganização política mineira republicana em relação à mudança da capital, cf. RESENDE (1974) e SILVA (1977).

representaria que os interesses dos grupos políticos e oligarquias mineradoras, maioria ouro-pretana, não estavam aliados do regime republicano.

A divulgação dos estudos de geologia e mineralogia sobre as reservas de minério em Minas despertou o interesse nacional pelas áreas próximas à Ouro Preto. Os grupos políticos e econômicos da zona mais central, que passou a ser chamada Metalúrgica no início do século XX, incentivavam a utilização daquele potencial produtivo ainda pouco explorado e de grande interesse das indústrias internacionais. Mas os esforços modernizadores e a dinamização da economia esbarravam nos interesses agroexportadores, base do poder em nível nacional. O desenvolvimento das atividades mineradoras na zona Central necessitava do apoio político das oligarquias cafeeiras e pastoris para se organizar e progredir, ligadas às zonas Sul e da Mata. (SILVA, 1995, p. 48 e 80; DULCI, 1999, p. 47-8, 55-6 e 207).

Silva (1977) e Carvalho (2005) apontam que a reorganização política mineira iniciou quando o Sul se aliou à zona Central, a partir de 1898, com a reestruturação do Partido Republicano Mineiro. Para fortalecer o estado no cenário nacional, líderes das oligarquias regionais se reuniram em uma só legenda de ideias políticas partidários, quando os poderes executivo e legislativo estadual foram transferidos para a nova capital. Fato que, segundo Wirth (1982), contribuiu para conciliar também os interesses econômicos dessas duas regiões, Especialmente para Silva (1977, p. 10, 82-93), seria o perfil de cada um – o polo econômico do Sul ligado aos cafeicultores paulistas e o de tradição política da parte Central – que configurou a imagem da política mineira consolidada nacionalmente: governista e conservadora. Já a posição privilegiada do estado se estendeu ao nível federal quando Silviano Brandão, político do Sul eleito presidente de Minas entre 1898 e 1902, aliou-se ao Presidente da República Campos Sales, representante das oligarquias paulistas. Por este ângulo, coloca a autora que a bancada mineira na Câmara Federal se posicionava de forma clientelista, em acordo com a política do presidente do estado e em favor das negociações com o presidente da República.¹⁴

¹⁴ A região Metalúrgica, em termos de representação política, pareceu-lhe a grande responsável pelo caráter clientelístico progressivamente impresso à política econômica do estado e essencial na articulação de bases de apoio e sustentação das oligarquias. (SILVA, 1977, p. 10-16, 55, 82-93 e 116. Ver também: ARRUDA, 1990, p. 36; CARVALHO, 2005, p. 63).

Tal aliança teria sido mais forte no governo estadual de João Pinheiro, entre 1906 e 1908, que procurou manter boas relações com os proprietários rurais e despertar os interesses das oligarquias para a indústria e a mineração. Carvalho (2005, p. 66-68) afirma que Pinheiro representou não apenas o elo entre as zonas mineradoras e as cafeeiras, mas o início da passagem de uma mentalidade agrária para a mentalidade desenvolvimentista. Esse político procurou também garantir o predomínio político e econômico de Minas no sistema federativo como o estado que traria maiores progressos nacionais.¹⁵ Pinheiro exaltou em seus discursos os êxitos da mineração no passado e buscou anunciá-la como o futuro, pois considerava que ela seria essencial para colocar a nação no caminho do desenvolvimento industrial. Defendeu, assim, a expansão do que chamou de “indústria natural” do estado, reforçando a imagem de Minas como produtora mineral. (DULCI, 1999, p. 47-48 e 192-3; SILVA, 1977, p. 48, 58-59, 80 e 103; SANTOS, 2014, p. 149-153).

No mesmo período de gestão política, Afonso Pena foi eleito Presidente da República e chamou atenção para a mineração como uma das principais atividades promissoras do país. A partir de então, governos federais e estaduais empreenderam esforços mais efetivos em torno da modernização produtiva.¹⁶ Foram implementadas medidas de investimentos no conhecimento técnico e na agroindústria; de defesa das riquezas naturais, incentivos às iniciativas nacionais no campo dos transportes, mineração e siderurgia; e de maior atuação do Estado no rearranjo econômico. (SILVA, 1977, p. 13, 23, 100-114; DULCI, 1999, p. 26-28 e 207-208; CARVALHO, 2005, p. 66-68; SANTOS, 2014, p. 140-153).

Para Silva (1977, p. 48-9, 58-61, 83-89, 114-119), a região da Mata teve um dinamismo maior no impulso industrial com empreendimentos estrangeiros (capitalistas) e se envolveu mais na agroindústria, com os esforços mais renovadores e progressistas no início da década de 1920.¹⁷

Em 1920, uma “Missão Belga” de aproximação econômica acompanhou a visita do rei da Bélgica à Belo Horizonte, por ocasião das comemorações do centenário da Independência. A

¹⁵ Para as considerações sobre os esforços modernizadores no período destacado e as condições econômicas de Minas no processo de industrialização, ver: GOMES, 2005; SANTOS, 2014, p. 140-149.

¹⁶ Afirma Dulci (1999, p. 207) que foi no “tratamento da questão mineral que a articulação ideológica entre regionalismo e nacionalismo se expressou mais cabalmente”.

¹⁷ A partir do governo de Delfim Moreira (1914 a 1918), iniciou-se o período de ascensão de líderes políticos da Mata, que levou Raul Soares à Secretaria de Agricultura e Artur Bernardes à líder do PRM, depois governador de Minas e presidente da República.

intenção da Missão era abrir negociações com o governo de Artur Bernardes para os investimentos na siderurgia. Como o estado não contava com condições financeiras que permitissem levar adiante a implantação de indústrias para aproveitamento das riquezas minerais, o então presidente de Minas aceitou a proposta do grupo Belga-luxemburguês de formar parcerias com companhias privadas nacionais. Os empreendimentos realizados na região de Sabará e Monlevade marcaram uma nova fase de mineração no estado, realizados pelo grupo belga em parceria com empresas mineiras, que deram origem a Cia. Belgo-Mineira. Naquele período, a quase totalidade da exploração mineral ainda era feita pelas companhias estrangeiras, principalmente inglesas, norte-americanos e belgas.

18

Para receber os visitantes reais belgas em Belo Horizonte, a Prefeitura reformou completamente a Praça da Liberdade, substituindo o paisagismo típico de jardim inglês pelo francês. Nessa reforma, a réplica do Itacolomi em concreto foi retirada e a praça ganhou fontes de águas, passeios ortogonais e, por toda parte, postes e ornamentos em ferro. Na ocasião, a Praça foi ornamentada com iluminação e, na via central, foi colocado como monumento temporário uma réplica da Torre Eiffel, construção em ferro ícone da França industrial. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997; FERNANDES, 2011, p. 57).

Segundo Motta (1992), aqueles eram tempos em que novos símbolos foram usados para demonstrar a modernização da nação e as capitais foram tratadas como vitrines do progresso. O ambiente político e intelectual brasileiro definiu-se pelo desejo de industrialização, aliado à política nacional-desenvolvimentista a partir do governo varguista. Era preciso que o Brasil transformasse as reservas minerais em riquezas para o crescimento econômico do país. Carvalho (2005, p. 69-71) coloca que em Minas, até antes do governo de Israel Pinheiro, início da década de 1970, optou-se pela ênfase na indústria de base sem desequilibrar as políticas em torno do setor rural. O que, para o autor, configurou a política de modernização mineira como conservadora. Os esforços modernizadores da indústria de base foram intensificados com a expansão da Belgo-Mineira e pela implantação da Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita), da Usiminas e de outras empresas.

¹⁸ Esse fato gerou muitas críticas, por parte de políticos e de técnicos das atividades mineradoras, direcionadas às concessões dos governos para os grupos capitalistas em detrimento dos empreendimentos nacionais. (DULCI, 1999, p. 207-208; SILVA, 1977, p. 61-2; SANTOS, 2014, p. 148).

Além da Zona Metalúrgica, a porção sudoeste da Zona Vale do Rio Roce foi incorporada ao polo minero-siderúrgico, chamada de Vale do Aço. (CARVALHO, 2005, p. 69-71; SANTOS, 2014, p. 117, 142-151; SILVA, 1995, p. 61-2 e 79).

Além da necessidade de união política do estado nos seus primeiros anos, Belo Horizonte igualmente deveria representar a modernização de Minas nesse cenário de industrialização do país. Imagem que apareceu com mais vigor a partir da década de 1940, com as reformas do prefeito Juscelino Kubitschek e do governador Benedito Valadares. A cidade se tornou o centro das políticas de cunho modernista e industrializante, das quais destacamos a construção da Cidade Industrial, em Contagem, e o complexo arquitetônico da Pampulha. A criação de polos industriais nas capitais e pelo interior trazia a atmosfera cultural de que o Brasil estaria no caminho do desenvolvimento para se tornar “uma grande nação”. A cidade de São Paulo, com arranha-céus, avenidas e indústrias, e, posteriormente, a arquitetura da nova capital federal, Brasília, também despontaram como símbolos da modernização brasileira. (CARVALHO, 2005, p. 64-65; CHACON, 2005, p. 202-9; PENNA, 2005, p. 303-5).

Naquela era desenvolvimentista, a natureza permaneceu nas referências paisagísticas e identitárias ligadas ao desenvolvimento econômico. Diversas montanhas no Brasil assumiram uma dimensão simbólica representativa no processo de modernização. (AZEVEDO, 2007, p. 58-68; CARVALHO, 2015, p. 381). Em Belo Horizonte, a Serra do Curral passou a ser explorada devido ao seu alto potencial de produção do minério de ferro para as siderúrgicas. Pelo viés paisagístico, a serra foi considerada patrimônio natural da cidade e escolhida pela população como o local que melhor simboliza a capital mineira. (MACIEL et al, 2016). Por sua vez, o Itacolomi foi tomado como monumento natural símbolo paisagístico de Ouro Preto.¹⁹ Mesmo a formação mineral do Pico não sendo de ferro e a base da Serra não apresentasse grandes reservas auríferas em comparação às outras do Espinhaço, o Itacolomi se tornou uma referência importante para falar na mineração do futuro desde, pelo menos, os discursos dos antimudancistas. Em síntese, como

¹⁹ A respeito de algumas manifestações mais recentes sobre o Itacolomi como símbolo de Ouro Preto e da história da mineração, como exemplo, citamos: SELO de 300 anos de Ouro Preto, IPHAN, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1479/ouro-preto-ganha-selo-especial-em-homenagem-aos-300-anos>; OURO PRETO. Lei n. 337 de 18 jun. 2007. Institui o Dia Municipal do Pico Itacolomi (24 de junho); PREFEITURA de Ouro Preto lança nova identidade visual, 24 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ouopreto.mg.gov.br/noticia/262/prefeitura-de-ouro-preto-lanca-nova-identidade-visual>.

colocaram posteriormente Vasconcellos (1909) e Senna (2006), os discursos de progressos de Minas estiveram, assim, amparados pelo passado e envolveram os valores atribuídos aos elementos naturais como sinais de riquezas no processo de reorganização econômica e política mineira.

Como aponta Dulci (1999, p. 192-193), ademais, havia nessa analogia de “atraso e progresso” também a construção e reprodução da identidade regional, que se desdobrava na literatura, historiografia e em muitos aspectos da vida política mineira como discutido a seguir.

O Itacolomi na história de Minas Gerais

Para um dos ex-presidentes de Minas nos primeiros anos da República, o antimudancista Cesário Alvim, Minas era o único estado em que as “tradições ainda estavam enraizadas” e, por isso, era “preciso amar o passado” pelos seus elementos constitutivos da identidade mineira e brasileira. (ALVIM, 1894, p. 1). Os sujeitos dedicados à escrita da história formavam uma “elite intelectual” preocupada com o futuro da nação. Nos primeiros anos da República, o campo historiográfico se empenhou em recuperar eventos e personagens com o interesse principal de resumir uma época da história do Brasil, cujo tema central pautou-se na conquista da liberdade. Os estados também competiram entre si pela definição de um projeto nacional e os intelectuais procuraram destacar as posições de cada ente federativo nas narrativas históricas sobre o país. As memórias construídas sobre o passado apresentaram variações consoantes aos hábitos, valores, interesses e momentos históricos específicos de cada região do país. Em Minas Gerais, além da “vocação mineral”, resgatou-se a Inconfidência Mineira para simbolizar o estado como berço dos movimentos pela libertação do Brasil que teriam culminado na Independência e na Proclamação da República. Resgate que envolvia a construção de uma memória sobre o passado colonial de riqueza cultural e econômica. Como assinalou Palmella (1891), alguns mineiros participantes da Inconfidência foram destacados. Dentre eles, Tiradentes se tornou uma figura-central para a ordem política republicana, tomado como um sujeito histórico da luta pela liberdade, de postura antimonárquica e de ideário de progresso. (FONSECA, 1998, p. 58; DULCI, 1999, p. 199-200; ENDERS, 2000, p. 50; CALLARI, 2001, p. 59-77; GOMES, 2010, p. 15).

Em nível local, os ouro-pretanos procuraram reafirmar o lugar de Ouro Preto dentro dessa memória histórica. Coloca Tuan (1980, p. 114) que a história se torna visível em monumentos e as

batalhas e conquistas são lembradas para intensificar o amor e a lealdade por determinado lugar. Nesse intento, os defensores da cidade convocaram um panteão de personagens da cultura literária e histórica mineira na crença de que seus nomes ou seu sangue santificaram aquele solo. Como principal palco de movimentos como a Revolta de Felipe dos Santos (ou de Vila Rica) e da Inconfidência, disseram que Ouro Preto deveria ser honrada e preservada do esquecimento. O que envolveu definir a cidade como centro sagrado para a nação, cidade-relíquia berço do pensamento republicano e de luta pela liberdade nacional. (CHAGAS, 1890, p. 3; JERONIMO, 1973, p. 13; FONSECA, 1998, p. 41 e 70-77; MELLO, 1996, p.34-35; MENICONI, 1999, p. 68-82; NATAL, 2006, p. 12-18; SILVA, 2013, p. 91).

Retomando esse momento em que se debatia sobre a mudança da capital, Palmella sugeriu transformar o Pico do Itacolomi num pavilhão de memória dos “heróis da liberdade e da poesia”, onde seria construído um:

formoso Parthenon, com seu elegante peristilo de mármore branco e cor de rosa, que tanto abundam nas mais ricas pedreiras [do] magestoso Itacolomi, [...], em homenagem a ciência e as letras, [...] onde brilharão as estátuas dos imortais heróis da liberdade e da poesia [...], que a História imparcial há de apontar como dignos de tomar assento no imortal Parthenon do Itacolomi. (PALMELLA, 1892, p. 3-4)

Esse e outros projetos apresentados por Palmella que envolviam o Pico do Itacolomi não se tornaram realidade. Sequer constaram como discutidos pelo poder público nos documentos da então Intendência Municipal. Mas as ações em defesa da cidade e de seu passado que faziam referência ao Itacolomi não se encerraram com a mudança da capital.

Ao celebrar a Inconfidência no texto de sua ópera, Augusto de Lima (1897, p. 188-226) exaltou Tiradentes como o “filho dos altos píncaros de Minas” e colocou que o Pico do Itacolomi, elemento utilizado para representar Ouro Preto, foi o ponto de origem dos “ventos de liberdade”. Publicada como livreto, a ópera *Tiradentes* conta que o inconfidente andava “errante pelas serranias” preocupado com a Derrama. De repente, viu descer “do alto do Itacolomy [uma] enorme estrela [que] começou a chispar fulgor intenso”: era a figura de Felipe dos Santos que vinha lhe dar inspiração e força. Já na cena do depoimento de Tiradentes, o inconfidente diz que já tinha três anos que o “astro luminoso pelo Itacolomy baixou a terra”, dando-lhe “a graça das visões divinas”.

Que seus olhos viram na elevada Serra surgir a sombra “de um herói glorioso” da região e por isso tinha a missão de defender seu povo.²⁰

Nas décadas seguintes à mudança da capital, os defensores de Ouro Preto procuraram construir uma imagem de imutabilidade ao longo do tempo, na qual a paisagem representativa da cidade seria o sinal de que a memória e as tradições estariam ali guardadas. Como restos do passado, a singularidade do seu traçado urbano e da paisagem, carregada de aspectos nostálgicos que a diferenciava da nova capital, deveria ser guardada como herança para o futuro. Para Senna (1920, p. 5-6), cada pedra ali da serra e da cidade era uma relíquia do passado, o “cenáculo da Inconfidência” onde se podia respirar “um ambiente de liberdade”, de ares “puros e lavados” das montanhas que “o Itacolomy legendário” governava. Não foi de forma descontextualizada, portanto, que a réplica do Pico do Itacolomi ocupou a principal praça da nova capital, que era o símbolo do poder e da política mineira.

Artistas e demais intelectuais colocaram Minas Gerais e, especialmente, Ouro Preto no foco do chamado modernismo brasileiro. O valor que depositaram nas tradições culturais, nos objetos artísticos e nos artefatos arquitetônicos e históricos embasaria os processos de estetização e patrimonialização daquela cidade.²¹ Já na década de 1930, os esforços dos ideológicos do governo varguista e dos modernistas para afirmar laços entre o regime e os personagens da história nacional levaram o Estado a instituir o culto aos heróis nacionais e à criação de vários símbolos e monumentos. O primeiro deles foi a própria cidade de Ouro Preto, considerada Monumento Nacional, em 1933. Com o resgate dos restos mortais dos inconfidentes degradados para a África, foi inaugurado o Museu da Inconfidência como “o panteão oficial” de homenagem e memória, em 1942. (GONÇALVES, 1988, p. 270-272; ARRUDA, 1990, p. 50-51; MENICONI, 1999, p. 82-101; NATAL, 2007, p. 13-15).

²⁰ As cenas compostas por Lima (1897, p. 188-226) muito se aproximam ao episódio bíblico de que Jesus tinha uma missão a ser cumprida e pela qual morreria. De forma semelhante, Jesus havia subido num monte em refúgio quando uma luz baixou sobre o lugar e o iluminou, surgindo ao seu lado as figuras de Moisés e Elias para o consolar e dar ânimo no seu martírio. Callari (2001, p. 77) analisou que o Tiradentes da ópera bradava a todo o povo como fez Cristo no episódio Sermão da Montanha. Afirma ainda que Lima foi quem mais se empenhou na consolidação do culto à Tiradentes e demais inconfidentes, desde que foi diretor do APM e membro fundador do IHGMG. Cf. MATEUS, 17:1-9. In: BIBLIA Sagrada. Disponível em: www.bibliaonline.com.br.

²¹ Cf. em NATAL, 2006, p. 14-18; SILVA, 2013, p. 91; MENICONI, 1999; CALLARI, 2001, p. 77; LIMA, 2009; GONÇALVES, 1988, p. 270-2; BAHIA, 2007 p. 67.

Se não foi no Itacolomi que o Estado edificou o panteão de pedra em honra aos chamados heróis nacionais, como desejou Palmella, construiu-se “em papéis” - através das histórias, lendas, poemas e imagens -, o Itacolomi como um ponto de referência para a história mineira. Nos temas caros da nascente escrita da história mineira, como os primeiros achados do ouro que deram início ao povoamento da região²² e a Inconfidência, o Itacolomi foi referenciado como testemunha da “intrepidez heroica da terra”²³ e palco de acontecimentos significativos desse processo memorialístico.

Nora (1993, p. 7-28) afirma que cada sociedade recorta o espaço e constrói uma representação dele que traga à mente o passado que foi transformado nas raízes do povo, pois é na passagem que a memória se sustenta. Em Minas Gerais, na construção e ampliação dos lugares de memória, coube também à natureza o papel de cenário onde se desenrolaram conquistas, martírios e fatos marcantes para a sociedade.²⁴ O Itacolomi, um dos “vestígios sólidos da memória”²⁵, foi o aspecto da natureza posto no centro da história de Minas Gerais. Vasconcellos escreveu que

O Itacolomy, [...] entrevisto no dedalo das cordilheiras longínquas, foi, em verdade, o centro de gravitação, o farol da conquista e da posse em todo o território. [...] Belo **monumento** de Deus, posto no centro de nossa terra, como **dos homens, no centro de nossa história**, depois de ter atraído os fundadores de nossa pátria – presides e presidirás a romaria das gerações ao arquivo de nossas tradições! Mago, que trouxeste o ouro à Belém da civilização! (VASCONCELLOS, 1906-1911, p. 269-278. Grifo nosso)

Para o diretor do Instituto Histórico de Ouro Preto, Racioppi (1940, p. 14), o Pico do Itacolomi não foi apenas o farol na posse do território, senão também “o guia da inteligência e do espírito, [...] que indicava aos que tinham sede de liberdade e de saber a Meca das Tradições e a fonte inesgotável e incorruptível de civismo e de luz”. Para Dias (1912, p. 1), nas narrativas sobre

²² O Pico do Itacolomi foi comumente citado como o altivo pico que serviu de sinal daquele lugar onde se “originou” Minas Gerais. SENNA, 1896; VASCONCELLOS, 1906-1911; _____, 1912; SANTOS, 1927; VASCONCELLOS, S., 1944; LIMA JR., 1962; _____, 1978; CABRAL, 1969; JERÔNIMO, 1973; MATOS, 1979. Todos tiveram como fontes as crônicas e documentos contidos em: CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 171-5; ANTONIL, cap. I-IV e X, [s.n.]; COSTA, 1897, p. IX-XVI.

²³ Expressão de Mário de Lima num poema transcrito em: MIRANDA, 1940, p. 4.

²⁴ Correa (2012, p. 52) e Roncaglio (2007, p. 25-6) apontam como a geografia teve influência na transformação da natureza em paisagem como cenário para a história. Sobre os lugares de Memória, cf. CHOAY, 2001.

²⁵ Sobre as montanhas como vestígios da memória do tempo distanciado, ver: WILLIAMS, 1991, p. 23.

o passado, de “simples ponto culminante de uma serra”, fez-se do pico “o ponto culminante da epopeia da história mineira”.

Em suma, a definição de lugares históricos, termo que une fatos e personagens à determinado espaço, como o Pico do Itacolomi, participa do processo de identificação dos indivíduos com o território, seja ele sua terra natal ou onde tecem suas experiências de vida. De acordo com Halbwachs (1990, p. 160), nossos pensamentos e ações estão ligados à sucessão de imagens que nos rodeiam. Cria-se uma ideia de paisagem que desperta o amor ao espaço que seria um lugar central²⁶ para a história, no qual os elementos naturais se tornam radiadores das memórias e sentimentos afetivos. As exaltações de Ouro Preto estenderam-se às serras, despertando os sentimentos pela natureza que configurava a cidade. (CABRAL, 1969, p. 170; SENNA, 1910, p. 19; JERÔNIMO, 1973, p. 5).

A paisagem do Itacolomi na ideia de mineiridade

As mesmas referências que ligaram memórias e histórias aos aspectos naturais locais acompanharam a construção cultural da paisagem de Minas Gerais como montanhosa. A definição de uma paisagem mineira, por artistas e intelectuais do século XX, relaciona-se à forma como trabalhavam a questão da identidade regional, da organização política e como questionavam o próprio espaço em que viviam e atuavam. Sampaio (1977, p. 7-8) coloca que a natureza se tornou quase uma obsessão para aqueles que procuraram traçar uma imagem para o estado, associada à história da mineração, dos movimentos políticos e do estilo de vida do povo mineiro. Na paisagem, as fazendas e cidades coloniais comporiam os cenários juntamente com os ribeiros, as porções da Mata Atlântica e, de forma mais expressiva, as montanhas. Sintetizou Arruda (1990, p. 51) que não foi “qualquer imagem, mas aquela singular, forte e imaginativa. Minas tem feições alpinas”.

Como categoria artística e poética, a “Paisagem Mineira” se consolidou nacionalmente com o modernismo.²⁷ Dentre os pintores modernistas, destacamos Alberto Guignard, cujas obras

²⁶ Tuan (1980, p. 114-115; 1983, p. 44 e 156) coloca que as pessoas, em todos os lugares, tendem a considerar sua terra natal ou à qual se sentem pertencentes o “lugar central”, pois remete à ideia de interno e de regresso às origens.

²⁷ Desde o imaginário mítico sobre esmeraldas e prata que formariam montanhas, a cadeia descontínua de serras mineiras foi citada para descrever a configuração natural dessa porção do território nacional. Mas elas nem sempre foram a principal referência para os mineiros e, a princípio, os imaginários sobre a natureza não trouxeram uma valoração positiva delas na paisagem (ANDRADE, 2011, p. 30; KLINTOWITZ, 2000, p. 5-10; TORRES, 2016).

procuravam recriar a geografia de Minas com traços que amenizavam o contorno das montanhas no horizonte da cena. Em muitas telas, como na imagem abaixo, o céu com nuvens, as montanhas e a vegetação ganhavam mais importância que os elementos da cidade. (ANDRADE, 2011, p. 22-25).

Figura 3 - Paisagem imaginária de Minas. Alberto da Veiga Guignard, 1947.



Fonte: Museu da Inconfidência, Ouro Preto. Disponível online em: <http://museuguignard.mg.gov.br>

Retornando aos primeiros anos da nova capital, as revistas ilustradas de circulação em Belo Horizonte, a *Vida de Minas* e a *Vita*, procuravam mostrar aspectos sociais, artísticos, políticos e divulgar as paisagens representativas do estado. Nos cabeçalhos de cada página, os nomes das revistas vinham gravados sobre uma cena de paisagem, na qual as montanhas estavam presentes.²⁸ A revista *Vita* dedicou seu cabeçalho exclusivamente ao perfil alcantilado das serras de Minas. No contexto em que o poder público e os intelectuais mineiros procuravam unir politicamente todas

²⁸ Revista *Vida de Minas* (1913-1914) e Revista *Vita* (1915-1916). Acervo do APCBH, Coleção Revistas Diversas.

as regiões mineiras em torno da nova capital - símbolo da modernização -, com a antiga - lugar da tradição e origem dos ideários de liberdade e progresso, a revista demonstrou essa conciliação através da natureza. Especialmente a partir da sua décima terceira edição, de julho de 1914, as formações naturais escolhidas para compor o cabeçalho marcavam ambas as -cidades, a Serra do Curral e o Pico do Itacolomi [Fig. 4], unidas na paisagem como se estivessem próximas.

Figura 4 - Cabeçalho da revista *Vita*.



Fonte: *Vita*, n. 13, jul. 1914. Coleção Revistas Diversas, APCBH.

Para Camillo Torres, em o *Homem e a montanha*²⁹, tanto a nova como a velha capital estavam no centro de Minas, lugar montanhoso que influenciou a conformação política, econômica e cultural de todo o estado. Ali seria o centro gravitacional das instituições, sensibilidades, hábitos, símbolos e práticas em torno do qual se dispunha a sociedade mineira. Mas continua que a fazenda estava perto. Aquele centro da “sociedade urbana e burguesa” estava em união com o mundo rural pela economia agrária e pela gente que vinha do interior. (TORRES, 2011, p. 66-77, 127, 173-181)

Uma das obras mais influentes em relação à paisagem montanhosa para caracterizar o estado foi *Voz de Minas*, de Alceu Amoroso Lima (pseudônimo literário, Tristão de Ataíde), intelectual modernista e católico atuante nas reformas educacionais no regime varguista. Para o autor, a voz que falava por Minas perante todas as demais do Brasil soava da “montanha”, tendo conformado a vocação dos mineiros para a política a partir dos líderes com destaque nacional. A imagem da montanha na paisagem descrita em sua obra trazia a sensação de permanência e estabilidade,

²⁹ Diz Andrade (2011, p. 31-42) que o ensaio foi construído diante do impacto da implantação da CVRD, em 1942, na cidade natal de Torres, Itabira. Ele e seus conterrâneos identificavam-se fortemente com o Pico do Cauê e algumas obras projetavam uma ligação afetiva ou tomavam o próprio elemento como objeto. É o caso dos poemas de Drummond, também itabirano. O poeta do arcadismo Claudio Manoel, nascido numa fazenda na Serra do Itacolomi, projetou a mesma ligação e inspiração relacionada ao Pico do Itacolomi.

essencial no momento em que se buscava a unidade entre as regiões de Minas e do território nacional. (LIMA, 1946, p. 11, 47, 65-6, 73,135-9 e 227). Guimarães Rosa expressou que essa visão sobre Minas como “lugar montanhoso”, cuja voz ressoava nacionalmente, conseguia unir as várias Minas pelo discurso de conciliação entre tradição e progresso. Embora sejam muitas como uma mistura de várias partes, Minas se encerrou em uma: era o “Estado montanhês, Suíça Brasileira, Alterosa”. Minas é montanha, resumiu (ROSA, 2012, s.p.).

Foi a partir da República e da mudança da capital que o discurso de que Minas Gerais estava inteira encerrada nas montanhas foi apropriado para criar certo grau de unidade e coesão das várias partes, como ideia de fronteira para todo o território mineiro. Políticos, artistas, historiadores, geógrafos, memorialistas, ensaístas ou outros intelectuais influenciaram o imaginário local e nacional sobre Minas Gerais na definição de uma pretensa identidade mineira. Martins Filho (2009, p. 105 e 229) indicou que os discursos de conciliação presentes nesses ideólogos da identidade mineira foram importantes naquele momento em que faltava integração política, geográfica e histórica, devido a forma, o período de ocupação, a população e a cultura econômica. Esses sujeitos que norteavam os planos políticos e culturais sintetizaram como “mineiridade”³⁰ - uma tradição forjada -, o conjunto de valores, costumes e traços que seria específico do território e do povo mineiro. A ideia de mineiridade encerrava o discurso de união da população através de um “jeito de ser” comum na personalidade e na conduta, apropriando-se dos acontecimentos políticos e culturais e das representações do território para forjar essa tradição de “povo singular da nação”. (DULCI, 1984, p. 7-32; ARRUDA, 1990, p. 14-15; MARTINS FILHO, p. 137-184; RAMALHO, 2015, p. 9-12).

Em Camillo Torres (2011, p. 65-70 e 77), Minas seria uma formação territorial vista a partir do relevo e das atividades econômicas³¹ ao longo do tempo e o povo teria nascido no fundo dos

³⁰ Ramalho (2015) e Arruda (1999) definem que a construção de uma identidade mineira foi definida e fixada por aqueles que nortearam as práticas políticas e culturais. Políticos, artistas, historiadores, geógrafos, memorialistas, ensaístas ou outros intelectuais influenciaram o imaginário local e nacional sobre Minas Gerais. A ideia de mineiridade encerrava o discurso de união da população através de um “jeito de ser” comum na personalidade e na conduta, apropriando-se dos acontecimentos políticos e culturais e das representações do território para forjar essa tradição de “povo singular da nação”. Cf. também DULCI, 1984, p. 7-21.

³¹ Mineração nas regiões montanhosas do centro; pedras preciosas nos rios do norte e oeste; couro nas chapadas norte, oeste e sul, o café nas colinas do sul, sudeste e, posteriormente, centro-oeste.

vales aos pés de morros íngremes. O relevo orográfico, o isolamento e o efeito do clima daquelas altitudes é que teriam transformado os mineiros em pessoas de caráter reservado, ponderado e melancólico. Mas também de coragem, lutando para sobreviver em meio àquele ambiente hostil. Conclui, assim, que foi do casamento do homem com as montanhas que nasceu a civilização mineira – urbana e burguesa. Pondera Lima (1946, p. 41 e 47), citando Senna, que o mineiro era uma “gente conservadora de tradições e de hábitos, aferrados à terra e ao lar”, representativos do mundo agrário, mas formados no seio das ‘montanhas alterosas’”.

Latif (1960, p. 195, 206-213) considerou que mesmo esse encerramento geográfico tendo produzido o “único tipo de brasileiro realmente montanhês”, um alteroso habituado e integrado àquela natureza, havia a combinação de outros fatores que moldaram a população. Segue que, se as montanhas dentro de Minas isolaram do restante do país uma sociedade que se formou diferente, a origem do “ser mineiro” trouxe um pouco de cada um: do nordestino que descia com as tropas de gado, do paulista que subia em busca do índio e das riquezas minerais, do português, dos indígenas, etc. Já no nível estadual, afirma que o próprio mineiro procurou fugir à paisagem dominante das montanhas quando mudou sua capital. Abandonou Ouro Preto e, do outro lado da serra que dividia a “zona das lavras” abertas, encontraram um vale circundado por campos. Era uma paisagem mais amena, mesmo que houvesse a montanha por perto. Mais tranquila para os espíritos humanos e que refletia um outro aspecto do caráter da população, formada por homens urbanos e pelos que viviam no mundo rural.

No pensamento desses intelectuais construtores da ideia de mineiridade havia a inspiração do paradigma da necessidade humana em dominar e submeter a natureza, alterando o ambiente e conformando as paisagem. Ao mesmo tempo, eles compreendiam que os homens também eram moldados pelas peculiaridades do meio em que nasceram e viviam. A intelectualidade brasileira refletia em suas obras as teorias de determinismo geográfico e de desenvolvimento social, que falavam sobre a conformação do caráter dos povos e das causas do progresso/civilização das sociedades associados às regiões geográficas, dando atenção para o meio natural sob o qual os homens construíram suas experiências. Esse paradigma geográfico já teria marcado as interpretações sobre os povos das Minas Gerais desde o início da sua ocupação. No *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*, atribuído ao Conde de Assumar e

colaboradores, a região mineradora foi descrita como naturalmente conflituosas e seus moradores marcados pelo caráter de rebelião. No documento, aqueles que viviam em meio às montanhas eram associadas à rudeza, mas também de força e valentia. (CAPANEMA, 2014, p. 32-33). Em Cláudio Manoel da Costa, nascido em Mariana, há as mesmas referências à natureza penhascosa das Minas que moldaria com dureza a alma dos nascidos e criados ali. (COSTA, 1798, soneto XCVIII; SOUZA, 1994, p. 45-61). Até depois de meados do século XX, essa perspectiva sobre as relações das sociedades com a natureza permeava os estudos históricos, geográficos e antropológicos. (DUARTE, 2005, p. 89; GOMES, 2010, p. 18; BARBOSA, 2009, p. 24).

Propõe Dulci (1999, p. 200-204) que é preciso discernir as funções ideológicas das construções identitárias dos homens, territórios e natureza. Essas imagens convencionadas para o mineiro nos discursos intelectuais serviam para unificar culturalmente Minas Gerais e definir a noção de comportamento político cultivada pelas elites. Ao organizar o discurso em torno da mineiridade, seus idealizadores uniriam as classes dominantes de várias regiões do estado para fortalecer os interesses do estado na arena nacional, justificando e reafirmando seu lugar no processo modernizador e na história nacional em face das demais unidades federativas, como o cidadão e político capaz de defender a liberdade e o “progresso” da nação.³² Como “titãs das selvas”, diz Mattos (1995, p. 75-78), os homens adentraram e ocuparam o sertão agressivo “das gerais”, tornaram-se fortes e decididos em meio às “florestas assustadoras e terríveis, cercada de montanhas alteneiras”, onde os mineiros se habituaram e criaram seus “sonhos das alturas e das liberdades”. Já Racioppi (1940, p. 10) afirmou que foi “da altivez dos fundadores e povoadores [...] que proveio sem dúvida o caráter de independência” do mineiro. Como “povo típico das montanhas”, estavam “habituaados a resolver por si as dificuldades que, a cada passo, encontravam na sua árdua faina [...]”. E o maior exemplo desse povo para a nação seria Tiradentes, o “imortal montanhês”. (DA DIREÇÃO..., 1927, p. 130; PIRES, 1927, p. 18)

³² RAMALHO, 2015, p. 44-46. O autor ainda diz que Senna e D. Vasconcellos, nesse sentido, desempenharam um papel de destaque na produção intelectual com temas ligados à formação étnica da população e aos aspectos dos recursos naturais, da geografia e da história. Embora eles tivessem posições opostas sobre a formação do povo: o primeiro valoriza as diversas etnias e enfoca os nascidos na terra; o segundo exalta os ancestrais europeus dos colonizadores para falar do caráter de retidão, honradez e civismo dos mineiros.

Diante dos vários problemas sociais e dos conflitos políticos gerados pelos regimes de governos, que atravessaram a primeira metade do século XX, o perfil do mineiro combativo pela nação foi tomado como exemplo para todo o país. Contra o Estado Novo, diz Ramalho (2015, p. 57-58), a imagem de Minas defensora da liberdade e que permaneceu unida, mesmo com diversidades regionais, foi exaltada pelos intelectuais para “incitar ‘os mineiros’ à ação política de reconstrução da democracia”. Dessa forma, segue o autor, ressaltava-se que o mineiro, pela sua “vocação política” e de democracia, deveria assumir sua identidade histórica de vocação política e democrática para tomar para si a tarefa de reconstrução nacional.

Com o fim do Estado Novo e a reorganização política nacional, Freyre (1965, p. 16, 22, 34-35) conclamou os mineiros “a desempenharem sua missão política para o país”, baseando-se no suposto perfil de “ordem, liberdade e mineiridade” desse espírito que descia “das montanhas de Minas sobre todo o Brasil”. Para Freyre, as montanhas que geraram “a gente mais altiva” que ocupava na capital federal, nos outros estados e no estrangeiro a difícil responsabilidade da administração e da política, detentora “da arte política de compreensão e conciliação dos extremos” que afligiam os brasileiros. (RAMALHO, 2015, p. 57-63)

Na mesma interpretação, o grupo carnavalesco Clube dos Lacaio trouxe para o carnaval ouro-pretano de 1947 a representação do Itacolomi como sentinela da até então bissecular de Ouro Preto, o guarda que protegia a memória e as tradições mineiras que dali florescia. No primeiro e maior carro alegórico, na figura da pedra maior destacou-se, em verde e amarelo, o rosto do recém-eleito governador Milton Campos. No fundo, havia as montanhas com um sol representando a liberdade em clima de “guerra ao comunismo”, como escrito em outro carro alegórico. Essa foi a ideia de paisagem para Minas Gerais e o perfil dos mineiros que se consolidava no imaginário social não apenas dos ouro-pretanos, mas dos brasileiros sobre a mineiridade. Nela, o Itacolomi figurou como “Condor das Montanhas”, o rei das maiores alturas que simbolizava “as glórias e a altivez do povo mineiro”. (TRIBUNA DE OURO PRETO, 30 mar. 1947, p. 3; SARAIVA, 22 nov. 1947, p. 1).

A partir da década de 1940, as propagandas e os discursos sobre o avanço do setor industrial realçavam personagens mineiros do passado que teriam se dedicado aos mesmos projetos, como

os inconfidentes Tiradentes e Alvares Maciel.³³ Para aquela atualidade, políticos como Kubistchek e Israel Pinheiro foram considerados governadores voltados para o futuro e representantes do caráter moderno, progressista e democrático. (VASCONCELLOS, 1968; DULCI, 1999).

Em 1959, o então governador Bias Fortes proferiu um discurso de exaltação da história de Ouro Preto, colocando que era “do alto destes serros sagrados” que se daria o futuro de liberdade civil, política e industrial. (FORTES, 1959, p. 5-21). Mas para ele, embora Minas ostentasse a flâmula da rebeldia, em referência às insurreições setecentistas, o estado ocuparia um papel central na reconstrução nacional pela sua imagem de união e de postura política moderada, traço marcante de políticos importantes ligados para a história republicana mineira, como Silviano Brandão, Augusto de Lima e João Pinheiro. Características estas que Bias Fortes, igualmente um ex-governador do grupo de republicanos moderados, considerou necessárias para a nação naquele momento. Essa visão de cidadãos unidos e moderados foi exaltada no acirramento das disputas ideológicas no âmbito da política, principalmente a partir da década de 1960, período da Ditadura Militar. No sentido de unificar as elites regionais e mobilizar os setores conservadores-oposicionistas, o discurso da tradição de liberdade da família mineira contra as ameaças internas e internacionais foi mobilizado por grupos que se autodenominaram “novos Inconfidentes” (STARLING, 1986, p. 15-19; RAMALHO, 2015, p. 72-77).

Ao pensarmos no momento político atual da experiência brasileira, no qual a pesquisa deste artigo foi realizada e o texto originalmente escrito, não podemos deixar de refletir sobre como as construções de estereótipos em torno do perfil político mineiro estão presentes no desenrolar dos acontecimentos no cenário das eleições nacionais. A penúltima eleição presidencial, em 2014, foi uma disputa entre dois candidatos mineiros, Aécio Neves e Dilma Rousseff. O grupo pessedebista mineiro, herdeiro das bancadas perremistas da Primeira República e progressistas no Estado Novo, derrotado e insatisfeito com os resultados das urnas, articulou a ideia de mineiridade³⁴ ao se transvestir de porta-voz da liberdade como fizeram os “novos-Inconfidentes”. Mas também se mostrou de perfil político equilibrado e conservador dos costumes, que colocaria a nação no rumo

³³ Um dos ensaios que resgatou os inconfidentes para falar da indústria foi *Rosa de Ouro*, do historiador e político Afonso Arinos. (FRANCO, 2007, p. 275-8).

³⁴ Ramalho (2015, p. 9) aponta a articulação da mineiridade nos discursos de A. Neves desde que tomou posse do governo estadual, em 2002.

do desenvolvimento e da estabilidade ao promover suas atividades econômicas ditas tradicionais. Reuniram-se novamente com outros estados para reclamar sua pretensa “vocalização política para salvar o país”, em nome da ordem e da “guerra aos comunistas”. Todavia, Carvalho (2005, p. 65 e 75) ao observar esses traços ideológicos que marcam os discursos e ações dos grupos políticos dominantes em Minas, fala da sua esperança de que um dia virão “vozes novas surgidas das várias camadas da população, até aqui incapacitadas de falar, [que vão] em direção a um outro valor [...]: da justiça, da inclusão, o mais necessário não apenas a Minas, mas a todo o Brasil”.

Considerações Finais

Os esforços em prol da reorganização política e econômica de Minas, desde o final do século XIX, envolveram a conciliação entre os grupos oligárquicos regionalistas e a atuação dos governos estaduais em torno da ideia de desenvolvimento do país. No contexto de investimentos em alternativas à agricultura cafeeira, sem entrar em conflito com o setor rural, os interesses de políticos e de empresas estrangeiras foram direcionados para as áreas mineiras com potencial para a mineração e implantação da siderurgia. Desenvolveram-se nesse processo várias manifestações retóricas e literárias de orgulho pela exuberância, abundância e fertilidade da natureza no território mineiro. Mas os idealizadores dos projetos modernizadores em Minas entendiam que o futuro de progresso não poderia ser desligado do passado. Buscaram nas antigas cidades coloniais a imagem de riquezas, de vida urbana e intelectual e os atores políticos e sociais marcantes no cenário nacional. No intento conciliatório entre tradição e modernização, passado e futuro, a nova capital foi inaugurada e viveu seus primeiros anos procurando congregiar os grupos regionalistas e animar os ouro-pretanos, valorizando a história antiga de Minas. (SILVA, 1977, p. 81; DULCI, 1984, 13; BOMERY, 2005, p. 143; CARVALHO, 2005, p. 61-2)

Nesse processo, foram tratados temas ligados à luta pela liberdade e pelo progresso com narrativas sobre a formação do território e os eventos caros para a memória nacional, numa tentativa de recuperar as origens do pensamento republicano. Nas narrativas, destacou-se a saga dos paulistas na busca pelas riquezas minerais, a colonização efetiva da região e as revoltas contra a administração portuguesa para justificar o predomínio econômico de Minas e valorizar o passado político combativo de seus habitantes. Novamente, as montanhas foram mencionadas para falar da formação de Minas. Se Ouro Preto foi tomada como nascedouro da identidade, sua paisagem

montanhosa compunha o berço dos mineiros. (FONSECA, 2007, p. 652; KOZEL et al., 2007, p. 171; CASTRO, 2012, p. 18, 98-113). Foram enfatizadas as condições naturais para despertar também o amor pelo lugar, criar ou intensificar a relação dos sujeitos com o território e construir o perfil cultural regional. Na construção de um imaginário sobre Minas Gerais e na reordenação das suas raízes, os aspectos históricos, culturais, políticos e ambientais que conformaram o território foram fundamentais para a identidade mineira ligada à montanha. As paisagens representativas do estado foram fundamentais na construção do sentimento de pertencimento, que contribuiu para a coesão social em torno da identidade regional.³⁵

Parte da identificação dos ouro-pretanos com sua terra natal, o Pico foi transportado também para a identidade e para a história mineira. Na ideia de paisagem montanhosa e de mineiridade, o Itacolomi foi um peculiar emblema na ligação entre a natureza e os habitantes de Minas Gerais. Em outro ponto de ligação, ele guardaria em suas camadas rochosas as marcas dos feitos e personagens significativos para a história republicana. Nas memórias históricas, foi tratado como o farol que guiou os homens no passado às riquezas minerais e que igualmente iluminaria o futuro da região em relação ao ideal de modernização para todo o país. Não menos importante, rememorar a aos mineiros sua formação histórica e cultural em meio às altas serranias. A importância da réplica do pico exposta na Praça da Liberdade para este trabalho, assim, deu-se na busca por compreender a articulação do Itacolomi nas ligações estabelecidas entre a tradição e a modernização desejada para Minas e na esfera da identidade, como um monumento natural na paisagem que se tornou referência para se falar tanto “das glórias passadas” como dos “progressos futuros”.

Referências Bibliográficas

Fontes

A Mudança da Capital – da Gazeta de Pitanguy. **A Ordem**, Ouro Preto, 6 jun. 1891, p. 1.

ALVIM, C. **Opinião Mineira**, ano 1, n. 1, Ouro Preto, 5 jan. 1894, p. 1.

ANDRADE, C. D. Praça da Liberdade sem Amor. **Jornal do Brasil**, 16 nov. 1974, p. 5.

³⁵ Sobre a relação entre representação do território, pertencimento e identidade na coesão social, cf. CHARTIER, 1991, p.173-191; BOURDIEU, 1999, p. 112-115, 126-7; ESPINDOLA, 2007, p. 5 e 6.

- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil), cap. I-IV e X, [s.n].
- AZEVEDO, A. Um passeio à Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 33, p. 179-211, 1982.
- CABRAL, H.B.S. **Ouro Preto**. Belo Horizonte: [s.d], 1969.
- CARNAVAL de 1947, Clube dos Lacaiois. **Tribuna de Ouro Preto**, 30 mar. 1947, p. 4.
- CHAGAS, L. Mudança da capital. **A Ordem**, Ouro Preto, 31 dez. 1890, p. 3.
- CÓDICE COSTA MATOSO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis**. Vol. 1. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1999.
- COLEÇÕES de decretos do Governo Provincial e Constitucional do Estado de Minas Geraes de 1891-1892**. Acervo: APCBH. Coleção: Legislação da Prefeitura de Belo Horizonte, 1891-1826; Livro II (1896-1917), fl. 1 Acervo: AMOP, Livro de Contratos da Prefeitura.
- COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. O Arraial de Bello Horizonte. **Revista Geral dos Trabalhos, E.M.G.**; I. Rio de Janeiro: H. Lambaerts & C., Tomo I, abril de 1895.
- CONFERÊNCIA proferida pelo deputado Nelson de Senna na Escola de Minas. **Auri-Verde**, Notas Diversas, n. 11, jun./jul. 1920, p. 5-6.
- CONTRATOS e Arrendamentos**. Livro II (1896-1917), fl. 1. Acervo: AMOP, Livro de Contratos da Prefeitura.
- COSTA, C. M. Fundamentos Históricos. In: **Villa Rica**. Ouro Preto: Typ.do Estado de Minas, 1897, p. IX-XVI.
- COSTA, C. M. Fundamentos Históricos. **Obras poéticas de Glauceste Saturnio** - Tomo 2. Costa, 1729-1789. Florianópolis: UFSC, s.d. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16554
- DA DIREÇÃO. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Origem; histórico; fins; sede). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XXI, n. 2, abr./jun. 1927.
- DIAS, B. Editorial. **O Itacolomy**, n. 1, 14 jul. 1912, p. 1.
- DICIONÁRIO biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte – 1894-1940**. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1997.
- EDITORIAL. **Jornal Mineiro**, ano 1, n. 10, Ouro Preto, 24 out. 1897, p. 1.
- ESCHWEGE, W. L. von. **Brasil, novo mundo**. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1996-2001.
- ESCHWEGE, W. L. von. **Jornal do Brasil: 1811-1817**, ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2002.

- FORTES, B. Exaltado em Ouro Preto a memória dos Inconfidentes. **Revista do IHGMG**, vol. VI, p. 5-21, 1959.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte: Bilhete Postal**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais João Pinheiro, 1997.
- FRANCO, A. A. M. **Rosa de Ouro**. Org., transc. e apres. de Afonso Arinos Filho. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- FREYRE, G. **6 conferências em busca de um leitor**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio ed., 1965.
- GUIMARÃES, B. A cabeça do Tiradentes. In: **História e Tradições da Província de Minas-Geraes**. Rio de Janeiro, Brasília: Civilização Brasileira, INL, 1976. [Publicada em 1872]
- JERÔNIMO, A. T. **Lendas, tradições e costumes de Ouro Preto**. s.: Ed. Lemi, 1973.
- LATIF, M. B. **As Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Ed., 1960.
- LIMA JÚNIOR, A. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- LIMA JÚNIOR, A. **As primeiras vilas do ouro**. Belo Horizonte: Est. Gráf. Santa Maria, 1962.
- LIMA JÚNIOR, A. Tiradentes - ópera lyrica em 4 actos. Libreto. **Revista do Archivo Público Mineiro**, Ouro Preto, Imp. Off. MG, 1896, p. 188-226.
- LIMA, A. A. **Voz de Minas**. Ensaio de sociologia regional brasileira. 2ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Ed., 1946.
- LOPES, R. A natureza e os monumentos culturais. **Revista da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p. 77-96, 1937.
- [MATEUS]. N.T., Mateus, 17:1-9. In: **BIBLIA Sagrada**. [Online]. Disponível em: www.bibliaonline.com.br
- MIRANDA, R. R. Discurso pronunciado pelo eng. de minas e civil por ocasião das solenidades realizadas no dia 12 out. (aniversário da Escola de Minas). **Tribuna de Ouro Preto**, 18 out. 1947, p. 49.
- PALMELLA. Ouro preto e seus progressos atuaes... **Estado de Minas**, Ouro Preto, 19 dez. 1891, p. 4; 29 dez. 1891, p. 2; 13 jan. 1892, p. 3 e 4.
- PIRES, A. O. S. A ideia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XXI, n. 1, p. 17-40, jan./mar. 1927.
- RACIOPPI, V. **Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto**. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940.
- RELATÓRIO apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro**. 12 set. 1899 – 31 ago. 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902. Acervo: APCBH, Relatório de Prefeitos.

ROSA, G. Aí está Minas: a mineiridade. **Jornal Opção**, 4 a 10 mar. 2012 (Online). Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/ai-esta-minas-a-mineiridade>. [publicado originalmente na revista *O Cruzeiro*, de 25 ago. 1957].

SAMPAIO, M. **A paisagem mineira**. Belo Horizonte: Fundação Palácio das Artes, 1977.

SANTOS, L. J. **A Inconfidência Mineira**: o papel de Tiradentes. São Paulo: Esc. Prof. Salesiano, 1927.

SARAIVA, B. Cata Branca: Mina fatídica. **Tribuna de Ouro Preto**, 22 nov. 1947, p. 1.

SENNA, N. C. Discurso pronunciado... **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 16. Belo Horizonte: Impr. Off., 1910.

SENNA, N. C. Ephemerides... Factos mineiros dos séculos XVI-XVII. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 out. 1896, p. 2.

SENNA, N. C. O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Memória política de Minas Gerais**: Nelson Coelho de Sena. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2006.

SILVEIRA, Vitor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imp. Offic., 1926.

TORRES, J. C. O. **O homem e a montanha**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VASCONCELLOS, D. Bi-Centenário de Mariana (Villa de N.S. do Carmo). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 17, p.23-29, 1912.

VASCONCELLOS, D. Descobrimientos na zona do Rio das Velhas. In: SENNA, N. **Anuário de Minas Geraes**, v. 1. Belo Horizonte: 1906-1911, p. 269-278. Acervo: Biblioteca Nacional. [Grifo nosso].

VASCONCELLOS, D. Discurso de inauguração do IHGMG. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p. p.213-220, 1909.

VASCONCELLOS, S. **Bandeirismo**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, vol. XV, 1944.

VASCONCELLOS, S. **Mineiridade**: ensaios de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VIANNA, F. J. O. Minas do lume e do pão. In: **Pequenos estudos de psicologia social**. 3ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

Bibliografia

ANDRADE, M. G. Estudo Crítico. In: TORRES, J. C. O. **O homem e a montanha**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ARRUDA, M. A. N. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

- AZEVEDO, Ú. R. **Patrimônio Geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais:** potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BAHIA, C. L. M. Metamorfoses da metrópole. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLIII, n.2, p. 61-73, jul.-dez. 2007.
- BARBOSA, E. M. et. al. **História ambiental e direito ambiental:** diálogos possíveis. Campina Grande: Ed. UFCG, 2009.
- BOMERY, H. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, A. C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BORGES, M. E. L. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand, 1999.
- CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.
- CARVALHO, A. V. As normativas referentes ao meio ambiente e os campos de ação da arqueologia. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental:** questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; FAPESP, Campinas: Nepam, 2009.
- CARVALHO, A. I. de. Um conjunto de montanhas e de práticas culturais como escala de pesquisa em história ambiental. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 375-397, 2015.
- CARVALHO, J. M. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, A. C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CASTELLS, M. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTRO, P. M. G. **Minas do Sul:** visão corográfica e política regional no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHACON, V. A genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. In: GOMES, A. C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, v. 5, n. 11, p.173-191, 1991.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CORREA, D. S. Descrições da paisagem - construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Vária História**, v. 24, n. 39, Belo Horizonte, jan/jun. 2008.

- CORREA, D. S. História ambiental e a paisagem. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña**, v. 2, n. 1, p. 47-69, 2012.
- DANTAS, M. A. M. (org). **Espaços da ciência no Brasil – 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- DUARTE, R. H. **História & natureza**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DULCI, O. S. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais hoje**. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia, São Paulo, ANPOCS, p.7-32, 1984.
- DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- ENDERS, A. O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, jul. 2000.
- ESPINDOLA, H. S. Transitividade entre história-espço e história-natureza... In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2007, p. 1-8.
- FARIA, C. A. P. A memória cinzelada: em busca de uma consciência político-social. In: DUTRA, E. F. (Org.). **BH - Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C Arte, 1996.
- FERNANDES, L. D. Praça da Liberdade, Belo Horizonte. In: **As praças cívicas das novas capitais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- FONSECA, J. F. M. **Tradição e modernidade**: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- FONSECA, T. N. L. Representações de um passado de ouro: mitos, memórias e imaginário da inconfiência. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. **As Minas setecentistas**; v. 2. Belo Horizonte: Companhia do Tempo; Autêntica, 2007.
- GOMES, A. C. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010.
- VIDEIRA, A. A. P. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOMES, A. C (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- GONÇALVES, J. R. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais**: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- JARDIM, A. C. M. **O mito de Marília de Dirceu – 1792 a 1889**: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da Nação Brasileira. Dissertação

(Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

JULIÃO, L. BH – Itinerário da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA, E. F. (Org.). **BH - Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C Arte, 1996.

KLINTOWITZ, J. **A paisagem mineira**. Belo Horizonte: Artes Gráficas, 2000.

KOZEL, S.; COSTA, J. da; GIL FILHO, S. F. (org.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. Curitiba: NEER, 2007.

KURY, L. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 2, p. 267-291, jul.-out. 1998.

LE MOS, C. B. Uma centralidade belo-horizontina. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLIII, n. 2, p. 92-111, jul-dez. 2007.

LIMA, K. T. de. Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital. In: II ENCONTRO MEMORIAL: nossas letras na História da Educação, 2009, Mariana. **Anais...**, 2009.

MACIEL, R. C.; DORNAS, A.; ENGLER, R. C. Paisagem, simbolo e cidade. In: 4o. Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto. Desafios e Perspectivas, 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: MACPS / IPHAN / IEDS / ICOMOS-BRASIL, 2016.

MARQUES, T. P.; MAGALHÃES, C. M. Técnica, Arte e Cultura nos jardins de meados de oitocentos até ao limiar do Século XX, em Portugal e no Brasil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, UFES, Vitória, **Anais...**, 2013.

MARTINS FILHO, A. V. **O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.

MATOS, R. J. C. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais**. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Livro de Registros e Portarias 1892-1893. Belo Horizonte: Ed. Arquivo Público de Minas Gerais, 1979.

MATTOS, A. **Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Banco Safra, 1995.

MELLO, C. F. B. A noiva do trabalho – Uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.). **BH - Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C Arte, 1996.

MENICONI, R. O. M. **A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MOTTA, M. S. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NATAL, C. M. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2006.

- NATAL, C. M. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933.** Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- NORA, P. **Entre memória e História: a problemática dos lugares.** Trad. Yara A un Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PENA, J. C. Israel Pinheiro e o desenvolvimento de Minas Gerais. In: GOMES, A. C. **Minas e os fundamentos do Brasil moderno.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- PESAVENTO, S. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p. 279-290, 1995.
- PIRES, J. R. F. **Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2007.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMALHO, W. S. C. **A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2015.
- RESENDE, M. E. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, Belo Horizonte, set. 1973. **Anais...,** 1974.
- RONCAGLIO, C. **O Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- SANTOS, E. M. B. **O parque e a estrada: uma análise acerca de conservação e desenvolvimento na trajetória do Parque Estadual do Rio Doce, 1934-2000.** Tese (Doutorando em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- SCHAMA, S. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SERRANO, Célia M. T. **A invenção do Itatiaia.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1993.
- SILVA, O. P. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. **Revista Geonomos,** n. 3, v. 1, p. 77-86, 1995.
- SILVA, R. M. da. A Caducidade das Disposições Transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). **Revista Almanack,** n. 5, maio, p.72-97, 2013.
- SILVA, R. M. da. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem,** Irati, v. 3, n. 3, set-dez. 2012.
- SILVA, V. A. C. **A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais (1889-1920).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

- SOARES, L. E. República: Evocação da origem, reconstrução do princípio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 225-231, 1989.
- SOUZA JR., P. G. Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana-MG. **Revista Vivência**, Natal, UFPN, n. 28, p.179-198, 2005.
- SOUZA, L. M. Estudo Crítico. In: **Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1994.
- STARLING, H. M. M. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TORRES, R. G. Da praça à montanha: a paisagem identitária de Ouro Preto, Minas Gerais, na Primeira República. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**, pp. 1-14, 2015.
- TORRES, R. G. O 'Paraíso Terrestre' como Arcádia ou um 'Parnaso Mineiro'? A natureza na poesia de Cláudio Manoel da Costa. III ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG, 2014, Belo Horizonte. Anais... Publicado em: **Temporalidades**, v. 6, Suplemento, pp. 107-116, 2014.
- TORRES, R. G. **O parnaso mineiro**: a construção histórica da paisagem do Pico do Itacolomi (1889-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, 1980.
- VELLOSO, M. P. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- VERGANA, M. R. A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira República: a fase José Veríssimo da Rev. Brasileira (1895-1900). In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010.
- WILLIAMS, R. **O povo das montanhas negras**: o começo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.